

J.A. Participações S.A.

**Demonstrações financeiras
consolidadas e individuais em
31 de dezembro de 2022**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras consolidadas e individuais	3
Balancos patrimoniais	6
Demonstrações de resultados	7
Demonstrações de resultados abrangentes	8
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	9
Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto	10
Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas e individuais	11



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Avenida Presidente Vargas, 2.121
Salas 1401 a 1405, 1409 e 1410 - Jardim América
Edifício Times Square Business
14020-260 - Ribeirão Preto/SP - Brasil
Caixa Postal 457 - CEP 14001-970 - Ribeirão Preto/SP - Brasil
Telefone +55 (16) 3323-6650
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras consolidadas individuais

Aos Diretores e Acionistas da

J.A Participações S.A.

Araraquara – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras consolidadas e individuais da J.A Participações S.A. (“Companhia”), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas e individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, consolidada e individual, da J.A Participações S.A em 31 de dezembro de 2022, o desempenho consolidado e individual de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa consolidados e individuais para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas e individuais”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras consolidadas e individuais

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras consolidadas e individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas e individuais, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras consolidadas e individuais, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras consolidadas e individuais, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Carlos, 07 de abril de 2023

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC SP-027611/F



Gustavo de Souza Matthiesen
Contador CRC SP-293539/O-8

J.A Participações S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	Consolidado		Controladora		Passivo	Nota	Consolidado		Controladora	
		2022	2021	2022	2021			2022	2021		
Caixa e equivalentes de caixa	9	1.089	2.220	54	75	Empréstimos e financiamentos	16	5.617	4.509	-	-
Contas a receber	10	14.060	7.580	-	-	Fornecedores	17	27.685	10.805	72	66
Estoques	11	35.015	17.074	-	-	Impostos e contribuições a recolher		523	398	1	1
Impostos a recuperar		675	419	156	134	Salários, férias e encargos a pagar		2.747	2.299	305	439
Despesas antecipadas		122	41	-	-	Dividendos mínimos obrigatórios	24	2.138	1.859	1.309	1.859
Outras contas a receber		2.554	732	1.263	189	Adiantamentos de clientes		581	560	-	-
Total do ativo circulante		53.515	28.066	1.473	398	Mútuo com partes relacionadas	24	127	-	127	-
Mútuo com partes relacionadas	24	-	-	1.066	1.581	Outras contas a pagar		3.685	1.007	2.264	-
Investimentos financeiros	12	4.232	4.331	-	-	Total do passivo circulante		43.103	21.437	4.078	2.365
Impostos a recuperar		6.572	5.363	-	-	Empréstimos e financiamentos	16	7.682	5.812	-	-
Outras contas a receber		34	34	-	-	Mútuo com partes relacionadas	24	4.661	4.734	127	-
Total do realizável a longo prazo		10.838	9.728	1.066	1.581	Passivo fiscal diferido	20	6.823	6.863	-	-
Investimentos	13	58.890	59.493	85.407	69.806	Provisão para contingências	18	522	802	-	-
Propriedade para investimentos	14	9.755	9.755	-	-	Total do passivo não circulante		19.688	18.211	127	-
Imobilizado	15	23.078	23.145	-	-	Patrimônio líquido	19				
Intangível		2.667	887	-	-	Capital social		24.658	24.658	24.658	24.658
Total do ativo não circulante		94.390	103.008	85.407	71.387	Reserva de capital		425	425	425	425
						Ajuste de avaliação patrimonial		48.617	38.368	48.617	38.368
						Reserva de lucros		10.168	5.969	10.168	5.969
						Patrimônio líquido atribuível aos controladores		83.868	69.420	83.868	69.420
						Participação de não controladores		12.084	22.006	-	-
						Total do patrimônio líquido		95.952	91.426	83.868	69.420
						Total do passivo		62.791	39.648	4.205	2.365
Total do ativo		158.743	131.074	87.946	71.785	Total do passivo e patrimônio líquido		158.743	131.074	88.073	71.785

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas e individuais

J.A Participações S.A.

Demonstrações de resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de Reais)

Nota	Consolidado		Controladora		
	2022	2021	2022	2021	
Receita operacional líquida	21	163.812	112.855	-	-
Custos dos produtos vendidos e dos serviços prestados	22	(133.716)	(88.335)	-	-
Lucro bruto		30.096	24.520	-	-
Despesas de vendas	22	(720)	(321)	-	-
Administrativas e gerais	22	(23.471)	(21.013)	(4.147)	(4.013)
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas		1.082	1.147	(1)	-
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos		6.987	4.333	(4.148)	(4.013)
Receitas financeiras	23	578	1.484	185	128
Despesas financeiras	23	(3.715)	(1.951)	(3)	(2)
Financeiras líquidas		(3.137)	(467)	182	126
Participação nos lucros das empresas investidas por equivalência patrimonial	13	4.147	4.069	9.415	8.405
Resultado antes dos impostos		7.997	7.935	5.449	4.518
Imposto de renda e contribuição social correntes	20	(1.839)	(1.869)	-	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	20	41	41	-	-
Lucro líquido do exercício		6.199	6.107	5.449	4.518
Resultado atribuído aos:					
Acionistas controladores		5.449	4.518	5.449	4.518
Acionistas não controladores		750	1.589	-	-
Lucro líquido do exercício		6.199	6.107	5.449	4.518

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas e individuais

J.A Participações S.A.

Demonstrações de resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de Reais)

	<u>Consolidado</u>		<u>Controladora</u>	
	2022	2021	2022	2021
Lucro líquido do exercício	6.199	6.107	5.449	4.518
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
Resultado abrangente total	<u>6.199</u>	<u>6.107</u>	<u>5.449</u>	<u>4.518</u>
Resultado abrangente atribuível para:				
Acionistas controladores	5.449	4.518	5.449	4.518
Acionistas não controladores	<u>750</u>	<u>1.589</u>	-	-
Resultado abrangente total	<u>6.199</u>	<u>6.107</u>	<u>5.449</u>	<u>4.518</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas e individuais

J.A Participações S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de Reais)

Nota	Capital social	Reserva de capital	Reserva de lucros		Ajuste de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total	Participação de não controladores	Total do patrimônio líquido
			Reserva legal	Reserva de lucros					
Saldo em 31 de dezembro de 2020	24.658	425	118	1.688	39.309	-	66.198	20.417	86.615
Lucro do exercício	-	-	-	-	-	4.518	4.518	1.589	6.107
Realização do custo atribuído	-	-	-	-	(941)	941	-	-	-
Destinação do lucro líquido:									
Reserva legal	19.d	-	273	-	-	(273)	-	-	-
Dividendos mínimos obrigatórios	19.d	-	-	-	-	(1.296)	(1.296)	-	(1.296)
Constituição de reserva de lucros	19.d	-	-	3.890	-	(3.890)	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2021	24.658	425	391	5.578	38.368	-	69.420	22.006	91.426
Lucro do exercício	-	-	-	-	-	5.449	5.449	750	6.199
Realização do custo atribuído	-	-	-	-	(59)	59	-	-	-
Ajuste de participação acionária	19.e	-	-	-	10.308	-	10.308	(10.672)	(364)
Destinação do lucro líquido:									
Reserva legal	19.d	-	272	-	-	(272)	-	-	-
Dividendos mínimos obrigatórios	19.d	-	-	-	-	(1.309)	(1.309)	-	(1.309)
Constituição de reserva de lucros	19.d	-	-	3.927	-	(3.927)	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2022	24.658	425	663	9.505	48.617	-	83.868	12.084	95.952

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas e individuais

J.A Participações S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de Reais)

	Consolidado		Controladora		
	Nota	2022	2021	2022	2021
Fluxos de caixa das atividades operacionais					
Lucro líquido do exercício		6.199	6.108	5.449	4.518
Ajustes para:					
Depreciação e amortização		789	927	-	-
Resultado de equivalência patrimonial	13	(4.147)	(4.069)	(9.415)	(8.405)
Provisão para contingências		(280)	181	-	-
Custo residual de ativo imobilizado baixado	15	196	805	-	-
Juros provisionados	16	1.496	978	-	-
Despesas de imposto de renda e contribuição social	20	1.798	1.828	-	-
				-	-
Variações nos ativos e passivos					
Contas a receber		(6.480)	2.270	-	-
Estoques		(17.940)	(541)	-	-
Impostos a recuperar		(1.465)	(1.271)	(22)	(18)
Despesas antecipadas		(81)	5	-	-
Outras contas a receber		(182)	(32)	145	(124)
Fornecedores e outras contas a pagar		19.371	(4.043)	2.269	11
Impostos e contribuições a recolher e parcelamento de impostos		63	(14)	-	-
Salários, férias encargos a pagar		448	193	(134)	118
Adiantamentos de clientes		21	(619)	-	-
				-	-
Caixa gerado pelas (utilizado nas) atividades operacionais		(194)	2.706	(1.708)	(3.900)
Imposto de renda e contribuição social pagos		(1.777)	(1.857)	-	-
Juros pagos	16	(1.262)	(907)	-	-
				-	-
Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades operacionais		(3.233)	(58)	(1.708)	(3.900)
Fluxo de caixa das atividades de investimento					
Recurso oriundo de alienação de investimento	13.b	(100)	1.098	-	660
(Aplicação) resgate em investimentos financeiros		99	(836)	-	-
Aquisição de ativo imobilizado e intangível	15	(2.698)	(420)	-	-
Operações de mútuos com empresas ligadas		-	-	515	830
Dividendos recebidos	13.b	3.862	4.234	2.904	2.426
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades de investimento		1.163	4.076	3.419	3.916
Fluxo de caixa das atividades de financiamento					
Dividendos pagos		(1.859)	-	(1.859)	-
Operações de mútuos com empresas ligadas		54	(1.249)	127	-
Pagamento de empréstimos e financiamentos	16	(3.877)	(5.530)	-	-
Recursos provenientes de novos empréstimos e financiamentos	16	6.621	2.560	-	-
Fluxo de caixa líquido proveniente das (utilizado nas) atividades de financiamento		939	(4.219)	(1.732)	-
(Redução) aumento líquida (o) em caixa e equivalentes de caixa		(1.131)	(201)	(21)	16
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro		2.220	2.421	75	59
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro		1.089	2.220	54	75
(Redução) aumento líquida (o) em caixa e equivalentes de caixa		(1.131)	(201)	(21)	16

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas e individuais

Notas explicativas às demonstrações financeiras (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 Contexto operacional

A J.A. Participações S.A. (“Companhia”) tem sua sede administrativa na cidade de Araraquara à Avenida Sete de Setembro, nº 1.555. Constitui objeto social da Companhia a participação em outras sociedades, de qualquer natureza, do País, como sócia, quotista ou acionista majoritária ou não; administração ou exploração de bens próprios, e quaisquer outros empreendimentos que não dependam de autorização governamental.

2 Entidades do Grupo

As demonstrações financeiras consolidadas incluem a consolidação das seguintes controladas, conforme participação destacada abaixo:

Entidade	Cidade/Estado	Participação	
		2022	2021
Graciano R. Affonso S.A. Veículos	Araraquara/SP	78,6318%	59,7792%
J.A. Máquinas Agrícolas Ltda.	Araraquara/SP	99,4800%	99,4800%
Coligadas			
Java Empresa Agrícola S.A.	Araraquara/SP	18,5199%	18,5199%

Graciano R. Affonso S.A. Veículos

A Graciano R. Affonso S.A. Veículos tem sua sede administrativa na cidade de Araraquara à Avenida Sete de Setembro, nº 1.555. Constitui objeto social da controlada o comércio de veículos automotores, peças, acessórios, lubrificantes e demais produtos atinentes ao ramo, bem como sua importação; exploração de oficinas mecânicas e prestação de serviços em geral e representação comercial.

Conforme aprovado na AGE de 14 de abril de 2022, a Graciano cancelou 8.387.665 ações ordinárias que eram mantidas em tesouraria contra o saldo de reserva de lucros conforme disposto na alínea “b” do artigo 30 da LSA. Sendo assim, o Capital Social que era composto por 34.983.843 ações passou a ser de 26.596.178 ações. Esse cancelamento gerou um aumento da participação da controladora que passou de 59,7792% para 78,6318% do total de ações.

J.A. Máquinas Agrícolas Ltda.

A J.A. Máquinas Agrícolas Ltda. tem sua sede administrativa na cidade de Araraquara à Rua Domingos Zanin, nº 304. Constitui objeto social da controlada o comércio e representação comercial de máquinas e implementos agrícolas, veículos automotores, peças, acessórios, lubrificantes e demais produtos atinentes ao ramo; exploração de oficina mecânica e prestação de serviço de manutenção, reparação e funilaria de automóveis, caminhões, tratores, implementos agrícolas, ônibus e outros veículos pesados; locação de tratores, máquinas e implementos agrícolas a terceiros.

Java Empresa Agrícola S.A.

A Java Empresa Agrícola S.A. tem sua sede administrativa na cidade de Araraquara à Avenida Sete de Setembro, nº 1.555. Constitui objeto da coligada a exploração de atividades agrícolas e pecuárias em geral, assim como parcerias agrícolas (arrendamentos de terras) para plantio de

cana de açúcar, arrendamento de terras para plantio de eucalipto, soja, e outros; comercialização de tratores novos e usados, implementos, peças e acessórios e a prestação de serviços como oficinas autorizadas da linha MF. A coligada poderá também participar de outras sociedades, congêneres ou não, na qualidade de sócia, quotista ou acionista, majoritária ou não, a critério da Diretoria, além de promover o arrendamento de suas propriedades rurais total ou parcialmente.

3 Base de preparação

Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras consolidadas e individuais foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), as quais abrangem a legislação societária, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

A emissão das demonstrações financeiras consolidadas e individuais foi autorizada pela Diretoria em 07 de abril de 2023.

Após a sua emissão, somente os acionistas têm o poder de alterar as demonstrações financeiras consolidadas e individuais.

Detalhes sobre as políticas contábeis da Companhia e suas controladas estão apresentadas na nota explicativa 7.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

4 Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia e suas controladas. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

5 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras consolidadas e individuais, a Administração utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e suas controladas e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

a. Julgamentos

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas e individuais estão incluídas na nota explicativa nº 25 - Instrumentos financeiros.

b. Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2022 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota explicativa nº 7.g** - Vida útil do imobilizado;
- **Nota explicativa nº 14** - Valor justo de propriedade para investimentos;
- **Nota explicativa nº 18** - Provisão para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis; e
- **Nota explicativa nº 20** - Ativos e passivos fiscais diferidos.

Mensuração do valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis requer a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros.

A Companhia e suas controladas estabelecem uma estrutura de controle relacionada à mensuração dos valores justos e reportes diretamente à Administração.

A Administração revisa regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se a informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizado para mensurar os valores justos, então a equipe de avaliação analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem os requisitos do CPC, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia e suas controladas usam dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- **Nível 2:** *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, direta (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- **Nível 3:** *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

A Companhia e suas controladas reconhecem as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças.

Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas na nota explicativa nº 25 - Instrumentos financeiros.

6 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais:

- As propriedades para investimento são mensuradas pelo valor justo.

7 Principais políticas contábeis

A Companhia e suas controladas aplicaram as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras.

Mudanças nas principais políticas contábeis

A Empresa adotou inicialmente as alterações ao CPC 25 Contratos Onerosos sobre os Custos de Cumprimento de um Contrato, a partir de 1º de janeiro de 2022. Anteriormente, A Empresa incluía apenas custos incrementais para cumprir um contrato ao determinar se esse contrato era oneroso. A política revisada inclui tanto os custos incrementais quanto a alocação de outros custos diretos.

A Empresa aplicou as alterações aplicam-se prospectivamente a contratos existentes na data em que as alterações são aplicadas pela primeira vez. A Empresa analisou todos os contratos existentes em 1º de janeiro de 2022 e determinou que nenhum deles seria identificado como oneroso aplicando a política contábil revisada, ou seja, não há impacto nos saldos patrimoniais iniciais em 1º de janeiro de 2022 como resultado da alteração.

a. Base de consolidação

(i) Controladas

A Companhia controla uma entidade quando está exposto aos — ou tem direito sobre os — retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que a Companhia obtiver o controle até a data em que o controle deixa de existir.

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, as informações financeiras da controlada são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial.

(ii) Transações eliminadas na consolidação

Saldo e transações intragrupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intragrupo, são eliminados. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira de que os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

b. Receita operacional

A Companhia e suas controladas seguem a estrutura conceitual da norma para reconhecimento da receita que é baseada no modelo de cinco etapas: (i) identificação de contratos com clientes; (ii) identificação de obrigações de desempenho nos contratos; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação à obrigação de desempenho prevista nos contratos e (v) reconhecimento da receita quando a obrigação de desempenho é atendida.

A receita é reconhecida quando não há mais obrigação de desempenho para ser atendida pela Companhia e suas controladas, portanto, quando o controle dos produtos é transferido ao cliente e este tem a capacidade de determinar o seu uso e obter substancialmente todos os benefícios do produto.

As receitas operacionais das vendas de produtos foram apresentadas pelos seus valores líquidos, excluindo impostos, devoluções, descontos incondicionais e bonificações aos clientes.

c. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas e despesas financeiras da Companhia e suas controladas compreendem:

- Receita de juros sobre aplicações financeiras;
- Despesa de juros sobre empréstimos; e
- Despesas de juros e multas sobre parcelamentos.

A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado através do método dos juros efetivos.

d. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro tributável anual.

Conforme facultado pela legislação tributária, as controladas Graciano R. Affonso S.A Veículos e J.A. Máquinas Agrícolas Ltda. optaram pelo regime de tributação com base no lucro real.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos do patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

(i) Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a ser pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

(ii) Despesas de imposto de renda e contribuição social diferido

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço.

A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual a Companhia e suas controladas espera recuperar ou liquidar

seus ativos e passivos.

Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

e. Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques são avaliados ao custo médio de aquisição ou de produção e inclui gastos incorridos na aquisição de estoques, custos de produção e transformação e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes.

O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e despesas de vendas.

f. Propriedade para investimento

As propriedades para investimento são representadas por imóveis urbanos mantidos para auferir rendimentos em arrendamento.

Propriedades para investimento são inicialmente mensuradas ao custo, incluindo custos da transação. O valor contábil inclui o custo de reposição de parte de uma propriedade para investimento existente à época em que o custo for incorrido se os critérios de reconhecimento forem satisfeitos, excluindo os custos do serviço diário da propriedade para investimento. Após o reconhecimento inicial, propriedades para investimento são apresentadas ao valor justo, que reflete as condições de mercado na data do balanço. Ganhos ou perdas resultantes de variações do valor justo das propriedades para investimento são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que forem gerados.

As propriedades para investimento em construção são reconhecidas pelo custo de construção até o momento em que entrem em operação ou quando a Companhia consiga mensurar com confiabilidade o valor justo do ativo.

O valor justo das propriedades para investimento não reflete os investimentos futuros de capital fixo que aumentem o valor das propriedades e também não refletem os benefícios futuros relacionados derivados desses dispêndios futuros.

Propriedades para investimento são baixadas quando vendidas ou quando a propriedade para investimento deixa de ser permanentemente utilizada e não se espera nenhum benefício econômico futuro da sua venda. A diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo é reconhecida na demonstração do resultado no exercício da baixa.

Transferências são feitas para a conta de propriedade para investimento, ou desta conta, apenas quando houver uma mudança no seu uso. Se a propriedade ocupada por proprietário se tornar uma propriedade para investimento, a Companhia contabiliza a referida propriedade de acordo com a política descrita no item de imobilizado até a data da mudança no seu uso.

g. Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável

(*impairment*). O custo de certos itens do imobilizado em 1º de janeiro de 2009, data de transição da Companhia e suas controladas para os CPCs, foi determinado com base em seu valor justo naquela data.

Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

(ii) Custo subsequentes

Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia e suas controladas.

(iii) Depreciação

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquidos de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é reconhecida no resultado. Ativos arrendados são depreciados pelo menor período entre a vida útil estimada do bem e o prazo do contrato, a não ser que seja razoavelmente certo que a Companhia e suas controladas obterão a propriedade do bem ao final do prazo de arrendamento. Terrenos não são depreciados.

As vidas úteis estimadas do ativo imobilizado são as seguintes:

Classe de imobilizado	Consolidado e controladora
Prédios e instalações	5 a 60 anos
Máquinas, ferramentas e equipamentos.	8 a 12 anos
Equipamentos processamento de dados	3 a 9 anos
Móveis e utensílios	8 a 12 anos
Veículos	5 a 8 anos

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

h. Intangível

(i) Fundo de comércio

O fundo de comércio é composto de um conjunto de bens corpóreos ou incorpóreos que facilitam o exercício da atividade mercantil. No caso do fundo de comércio detido pela Companhia e suas controladas os valores representam a possibilidade de comercializar seus veículos em alguns lugares estratégicos para seu negócio.

O fundo de comércio não tem prazo para término do benefício, sendo ele condicionado apenas à saída da Companhia e suas controladas do lugar e, portanto, sua vida útil é indeterminada, não sendo amortizado.

A cada encerramento de exercício é realizado o teste de *impairment* do fundo de comércio.

i. Instrumentos financeiros

(i) Reconhecimento e mensuração inicial

O contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia e suas controladas se tornarem parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao Valor Justo por meio do Resultado - VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

(ii) Classificação e mensuração subsequente

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA - instrumento de dívida; ao VJORA -instrumento patrimonial; ou ao VJR.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia e suas controladas mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.
- Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR.
- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia e suas controladas podem optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em ORA. Essa escolha é feita investimento por investimento.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. No reconhecimento inicial, a

Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda os requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio

A Companhia e suas controladas realizam uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- As políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- Como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia;
- Os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;
- Como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e
- A frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia e suas controladas.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros – avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros

Para fins dessa avaliação, o “principal” é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os “juros” são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia e suas controladas consideram os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia e suas controladas consideram:

- Eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa;

- Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- O pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- Os termos que limitam o acesso da Empresa a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

Ativos financeiros

A Companhia e suas controladas classificaram os ativos financeiros nas seguintes categorias:

- Empréstimos e recebíveis;
- Ativos financeiros mantidos até o vencimento;
- Ativos financeiros disponíveis para venda; e
- Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, e dentro dessa categoria como:
 - Ativos financeiros mantidos para negociação;
 - Instrumentos derivativos de *hedge*; ou
 - Ativos financeiros designados ao valor justo por meio do resultado.

Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

(iii) Desreconhecimento

Ativos financeiros

A Companhia e suas controladas desreconhecem um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia e suas controladas transferem os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia e suas controladas nem transferem nem mantêm substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

A Companhia e suas controladas realizam transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

Passivos financeiros

A Companhia e suas controladas desreconhecem um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia e suas controladas também desreconhecem um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

(iv) *Compensação*

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia e suas controladas tenham atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

(v) *Capital social*

Ações ordinárias

As ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido.

Os dividendos mínimos obrigatórios, conforme definido em estatuto, são reconhecidos como passivo.

j. *Redução ao valor recuperável (Impairment)*

(i) *Ativos financeiros não derivativos*

Instrumentos financeiros e ativos contratuais

A Companhia e suas controladas reconhecem provisões para perdas esperadas de crédito sobre:

- Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado;
- Investimentos de dívida mensurados ao VJORA; e
- Ativos de contrato.

A Companhia e suas controladas mensuram a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para os itens descritos abaixo, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses:

- Títulos de dívida com baixo risco de crédito na data do balanço; e
- Outros títulos de dívida e saldos bancários para os quais o risco de crédito (ou seja, o risco de inadimplência ao longo da vida esperada do instrumento financeiro) não tenha aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial.

As provisões para perdas com contas a receber de clientes e ativos de contrato são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o

reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia e suas controladas consideram informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*).

A Companhia e suas controladas presumem que o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente se este estiver com mais de 180 dias de atraso.

A Companhia e suas controladas consideram um ativo financeiro como inadimplente quando:

- É pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma); ou
- O ativo financeiro estiver vencido há mais de 180 dias.

O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a Companhia e suas controladas estão expostas ao risco de crédito.

Mensuração das perdas de crédito esperadas

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos a Companhia e suas controladas de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia espera receber).

As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro.

Ativos financeiros com problemas de recuperação

Em cada data de balanço, a Companhia e suas controladas avaliam se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui "problemas de recuperação" quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis: dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário; a probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira.

Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos.

Baixa

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia e suas controladas não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. Com relação a clientes individuais, a Companhia e suas controladas adotam a política de baixar o valor contábil bruto quando o ativo financeiro está vencido há 180 dias com base na experiência histórica de recuperação de ativos similares. Com relação a clientes corporativos, a Companhia e suas controladas fazem uma avaliação individual sobre a época e o valor da baixa com base na existência ou não de expectativa razoável de recuperação. A Companhia e suas

controladas não esperam nenhuma recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia e suas controladas para a recuperação dos valores devidos.

(ii) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia e suas controladas, que não os estoques e ativos fiscais diferidos, são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. As perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

k. Provisões

As provisões são determinadas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa antes de impostos que reflita as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo relacionado. Os efeitos do desreconhecimento do desconto pela passagem do tempo são reconhecidos no resultado como despesa financeira.

l. Mensuração do valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual a Empresa tem acesso nessa data. O valor justo de um passivo reflete o seu risco de descumprimento (non-performance). O risco de descumprimento inclui, entre outros, o próprio risco de crédito da Companhia e suas controladas.

Uma série de políticas contábeis e divulgações da Companhia e suas controladas requer a mensuração de valores justos, tanto para ativos e passivos financeiros como não financeiros.

Quando disponível, a Companhia e suas controladas mensuram o valor justo de um instrumento utilizando o preço cotado num mercado ativo para esse instrumento. Um mercado é considerado como ativo se as transações para o ativo ou passivo ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação de forma contínua.

Se não houver um preço cotado em um mercado ativo, a Companhia e suas controladas utilizam técnicas de avaliação que maximizam o uso de dados observáveis relevantes e minimizam o uso de dados não observáveis. A técnica de avaliação escolhida incorpora todos os fatores que os participantes do mercado levariam em conta na precificação de uma transação.

Se um ativo ou um passivo mensurado ao valor justo tiver um preço de compra e um preço de venda, a Companhia e suas controladas mensuram ativos com base em preços de compra e passivos com base em preços de venda.

A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é normalmente o preço da transação - ou seja, o valor justo da contrapartida dada ou recebida. Se a Companhia e suas controladas determinarem que o valor justo no reconhecimento inicial difere do preço da transação e o valor justo não é evidenciado nem por um preço cotado num mercado ativo para um ativo ou passivo idêntico nem baseado numa técnica de avaliação para a qual quaisquer dados não observáveis são julgados como insignificantes em relação à mensuração, então o instrumento financeiro é mensurado inicialmente pelo valor justo ajustado para diferir a diferença entre o valor justo no reconhecimento inicial e o preço da transação. Posteriormente, essa diferença é reconhecida no resultado numa base adequada ao longo da vida do instrumento, ou até o momento em que a avaliação é totalmente suportada por dados de mercado observáveis ou a transação é encerrada, o que ocorrer primeiro.

8 Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2023.

Não há espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras do Grupo:

- Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação (alterações ao CPC 32);
- Classificação do Passivo em Circulante ou Não Circulante (Alterações ao CPC 26);
- CPC 50 Contratos de Seguros;
- Divulgação de Políticas Contábeis (Alterações ao CPC 26);
- Definição de Estimativas Contábeis (Alterações ao CPC 23).

Não há outras normas ou interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado do exercício ou no patrimônio líquido divulgado pelo Grupo.

9 Caixa e equivalentes de caixa

	Consolidado		Controladora	
	2022	2021	2022	2021
Caixa e bancos	369	361	54	75
Aplicações financeiras	720	1.859	-	-
	1.089	2.220	54	75

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

As aplicações financeiras referem-se substancialmente a certificados de depósitos bancários e fundos de renda fixa, remuneradas a taxas que variam entre 95% e 98% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) (o mesmo para 2021).

10 Contas a receber – Consolidado

	2022	2021
Contas a receber	14.060	7.580
	14.060	7.580
Idade da carteira	2022	2021
A vencer	11.547	6.003
Vencidos:		
Até 30 dias	2.182	1.260
Entre 31 e 60 dias	102	113
Entre 61 e 90 dias	56	14
Acima de 90 dias	173	190
Total contas a receber	14.060	7.580

A exposição da Companhia e suas controladas a riscos de crédito, moeda e perdas por redução no valor recuperável relacionadas a contas a receber de clientes e a outras contas são divulgadas na Nota Explicativa nº 25.

As contas a receber de clientes são classificadas como recebíveis demonstrados ao custo amortizado.

11 Estoques – Consolidado

	2022	2021
Veículos de revenda	25.315	9.416
Peças e acessórios	9.700	7.658
	35.015	17.074

12 Investimentos financeiros - Consolidado

Saldo do fundo de negócios junto a General Motors o qual serve de lastro para o financiamento de veículos de estoque com juros reduzidos. Tem rentabilidade mensal como títulos de renda

fixa de curto prazo.

13 Investimentos

	Consolidado		Controladora	
	2022	2021	2022	2021
Controladas				
Graciano R. Affonso S.A Veículos	-	-	44.325	32.684
J. A. Máquinas Agrícolas Ltda.	-	-	7.408	3.046
Coligada				
Java Empresa Agrícola S.A	58.890	59.493	33.674	34.076
Total	58.890	59.493	85.407	69.806

O saldo apresentado de investimentos em controladas trata-se das relacionadas abaixo, sendo apresentado na demonstração financeira individual da controladora através do método de equivalência patrimonial:

a. Informação das controladas/coligadas

	Graciano R. Affonso S.A. Veículos	J.A. Máquinas Agrícolas	GRA Máquinas Agrícolas	Java Empresa Agrícola	
Saldo em 31 de dezembro de 2022					
Ativo circulante	28.546	30.068	4.099	23.625	
Ativo não circulante	62.047	2.936	212	234.055	
Ativos totais	90.593	33.004	4.311	257.680	
Passivo circulante	20.990	18.036	841	9.662	
Passivo não circulante	13.232	7.521	2.283	66.194	
Passivos totais	34.222	25.557	3.124	75.856	
Capital social integralizado	21.408	1.907	1.630	32.700	
Patrimônio líquido	56.371	7.447	1.187	181.824	
Receita operacional líquida	91.516	72.296	1.305	19.702	
Resultado do exercício	3.405	4.385	(395)	12.827	
Participação %	78,6318%	99,4800%	-	18,5199%	
Saldo de investimentos em 31 de dezembro de 2020	30.350	-	641	34.190	65.181
Resultado de equivalência patrimonial	2.334	3.046	19	2.312	7.711
Baixa por venda	-	-	(660)	-	(660)
Dividendos recebidos	-	-	-	(2.426)	(2.426)
Saldo de investimentos em 31 de dezembro de 2021	32.684	3.046	-	34.076	69.806
Resultado de equivalência patrimonial	2.677	4.362	-	2.376	9.415
Ajuste de participação societária (*)	10.308	-	-	-	10.308
Dividendos recebidos	(1.344)	-	-	(2.778)	(4.122)
Saldo de investimentos em 31 de dezembro de 2022	44.325	7.408	-	33.674	85.407

(*) Ajuste devido a variação de participação acionária calculado sobre as Reservas registradas no Patrimônio Líquido da investida em função do cancelamento de ações em tesouraria conforme nota explicativa nº 2.

b. Movimentação dos investimentos

A movimentação dos investimentos em controladas e coligadas, apresentados nas demonstrações financeiras individuais da controladora, é como segue:

Controladas	2021	Equivalência patrimonial	Ajuste participação societária	Dividendos recebidos	Outros	2022
Graciano R. Affonso S.A. Veículos	32.684	2.677	10.308	(692)	(652)	44.325
J.A. Máquinas Agrícolas Ltda.	3.046	4.362	-	-	-	7.408
JAVA Empresa Agrícola Ltda.	34.076	2.376		(2.212)	(566)	33.674
	69.806	9.415	10.308	(2.904)	(1.218)	85.407

Controladas	2020	Equivalência patrimonial	Baixas (ii)	Dividendos recebidos	2021
Graciano R. Affonso S.A. Veículos	30.350	2.334	-	-	32.684
J.A. Máquinas Agrícolas Ltda.	(694)	3.740	-	-	3.046
GRA Máquinas Agrícolas Ltda.	641	19	(660)	-	-
JAVA Empresa Agrícola Ltda.	34.190	2.312	-	(2.426)	34.076
	64.487	8.405	(660)	(2.426)	69.806
Ativo – Investimentos	65.181	7.711	(660)	(2.426)	69.806
Passivo – Prov. perdas investimento	(694)	694	-	-	-

Consolidado	2021	Adições	Equivalência patrimonial	Dividendos recebidos	Outros	2022
JAVA Empresa Agrícola Ltda.	34.076	-	2.376	(2.356)	(422)	33.674
JAVA Empresa Agrícola Ltda. (ii)	25.417	-	1.771	(1.506)	(566)	25.116
Revo Assessoria para Gestão de Locadoras S.A (i)	-	100	-	-	-	100
	59.493	100	4.147	(3.862)	(988)	58.890

Consolidado	2020	Equivalência patrimonial	Baixas (ii)	Dividendos recebidos	2021
GRA Máquinas Agrícolas Ltda.	641	19	(660)	-	-
JAVA Empresa Agrícola Ltda.	34.190	2.312	-	(2.426)	34.076
GRA Máquinas Agrícolas Ltda. (ii)	425	13	(438)	-	-
JAVA Empresa Agrícola Ltda. (ii)	25.500	1.725	-	(1.808)	25.417
	60.756	4.069	(1.098)	(4.234)	59.493

- (i) Participações cuja investidora é a Graciano R. Affonso S.A Veículos. Em 30 de setembro de 2022 a Graciano adquiriu 100.000 ações ordinárias da REVO Assessoria para Gestão de Locadoras S.A., sociedade por ações de capital fechado, constituída exclusivamente por membros integrantes da ABRAC , cujo objetivo principal é fomentar os negócios das concessionárias Chevrolet bem como suas Locadoras de veículos.
- (ii) Em 31 de agosto de 2021, a J.A. Participações S.A. e a Graciano R. Affonso S.A. Veículos transferiram à Java Empresa Agrícola suas respectivas participações na GRA Máquinas Agrícolas Ltda. conforme “Instrumento de Cessão e Transferências de Quotas e Outras Avenças” celebrado entre as partes.

14 Propriedade para investimentos – Consolidado

	2022	2021
Saldo em 1º de janeiro	9.755	9.755
Alteração do valor justo	-	-
Saldo em 31 de dezembro	9.755	9.755

14.1 Hierarquia do valor justo – Nível 3

Em 31 de dezembro de 2020, para a determinação do valor justo dos imóveis, a variação foi calculada de acordo com os procedimentos das Normas da ABNT NBR 14653 e do IBAPE - Instituto Brasileiro de Avaliações e Perícias de Engenharia, através do Método Involutivo realizada por avaliadores imobiliários externos independentes, com qualificação profissional adequada e reconhecida, e experiência recente na localidade e na categoria da propriedade que está sendo avaliada.

De acordo com a Norma da ABNT NBR 14653 e pelo IBAPE - Instituto Brasileiro de Avaliações e Perícias de Engenharia, as propriedades foram avaliadas com base no "Método Comparativo de Dados de Mercado", através de dados de mercado de imóveis semelhantes ao avaliado, à venda ou efetivamente transacionados no livre mercado imobiliário da região. Nesse sentido, efetuou-se pesquisa de mercado na região circunvizinha do imóvel avaliado, a fim de obter elementos de comparação, caracterizados por terrenos expostos para venda no livre mercado e que apresentassem as mesmas características do terreno em pauta.

A Companhia e suas controladas realizam anualmente, a avaliação do valor justo dos bens registrados como propriedades para investimento. Para determinação do valor justo das propriedades para investimento a Companhia adota o "Nível 3".

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 a Companhia atualizou a estimativa do valor justo dos imóveis em propriedade para investimento internamente e não identificou variações relevantes com o laudo emitido por especialistas terceirizados em 2020.

15 Imobilizado – Consolidado

	Saldo em 31/12/20	Adições	Baixas	Saldo em 31/12/21	Adições	Baixas	Saldo em 31/12/22
Custo							
Terrenos	8.017	-	-	8.017	-	-	8.017
Prédios e instalações	18.861	6	-	18.867	13	-	18.880
Máquinas, ferramentas e equipamentos	2.116	23	-	2.139	82	-	2.221
Equipamentos de processamento de dados	608	39	-	647	8	-	655
Móveis e utensílios	1.011	3	-	1.014	124	-	1.138
Veículos	2.101	296	(1.149)	1.248	644	(571)	1.321
Outros imobilizados	9	4	-	13	17	-	30
	32.723	371	(1.149)	31.945	888	(571)	32.262
	Saldo em 31/12/20	Adições	Baixas	Saldo em 31/12/21	Adições	Baixas	Saldo em 31/12/22
Depreciação							
Prédios e instalações	(4.533)	(343)	-	(4.876)	(344)	-	(5.220)
Máquinas, ferramentas e equipamentos	(1.697)	(124)	-	(1.821)	(71)	-	(1.892)
Equipamentos de processamento de dados	(553)	(26)	-	(579)	(30)	-	(609)
Móveis e utensílios	(884)	(70)	-	(954)	(31)	-	(985)
Veículos	(569)	(338)	344	(563)	(280)	375	(468)
Outros imobilizados	(7)	-	-	(7)	(3)	-	(10)
	(8.243)	(901)	344	(8.800)	(759)	375	(9.184)
Valor contábil líquido	24.480	(530)	(805)	23.145	129	(196)	23.078

15.1 Provisão para redução ao valor recuperável

De acordo com o CPC 01 (R1) Redução ao Valor Recuperável dos Ativos, a Companhia e suas controladas avaliaram, ao final de cada exercício, eventuais indicativos de desvalorização de seus ativos que pudessem gerar a necessidade de testes sobre seu valor de recuperação.

A Companhia e suas controladas não identificaram qualquer evidência que justificasse a necessidade de provisão para recuperabilidade em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

16 Empréstimos e financiamentos – Consolidado

Modalidade	Moeda	Taxa média anual de juros - % a.a.	Ano de vencimento	2022	2021
Capital de giro	R\$	10% a 12%	2027	12.650	10.275
Cartão BNDES	R\$	17,87%	2022	-	32
Financiamento	R\$	16% a 18%	2024	649	14
				13.299	10.321
Circulante				5.617	4.509
Não circulante				7.682	5.812

Cronograma de amortização da dívida - consolidado

As parcelas classificadas no passivo circulante e não circulante têm o seguinte cronograma de pagamento:

Ano de vencimento	2022	2021
2022	-	4.509
2023	5.617	3.435
2024	3.855	1.929
2025	1.838	448
2026	1.258	-
2027	731	-
Total	13.299	10.321

Garantias

Garantias - investimentos (aplicações financeiras) e avais da diretoria.

Conciliação da movimentação patrimonial com os fluxos de caixa decorrentes de atividades de financiamento

	Empréstimos e financiamentos
Saldo em 1º de janeiro de 2021	13.220
Variações dos fluxos de caixa de financiamento	
Recursos provenientes de empréstimos e financiamentos	2.560
Pagamento de empréstimos	(5.530)
Total das variações nos fluxos de caixa de financiamento	10.250
Despesas com juros	978
Juros pagos	(907)
Total das outras variações relacionadas com passivos	71

Saldo em 31 de dezembro de 2021	10.321
Variações dos fluxos de caixa de financiamento	
Recursos provenientes de empréstimos e financiamentos	6.621
Pagamento de empréstimos	(3.877)
Total das variações nos fluxos de caixa de financiamento	13.065
Despesas com juros	1.496
Juros pagos	(1.262)
Total das outras variações relacionadas com passivos	234
Saldo em 31 de dezembro de 2022	13.299

17 Fornecedores

	Consolidado		Controladora	
	2022	2021	2022	2021
Compra de veículos / tratores	22.627	8.386	-	-
Material de uso e consumo / serviços	1.361	1.090	72	66
Compra de peças e acessórios	3.697	1.329	-	-
Total	27.685	10.805	72	66

A Companhia e suas controladas avaliaram o ajuste a valor presente dos seus saldos de fornecedores nas datas de 31 de dezembro de 2022 e 2021 e concluíram que os valores não geram ajustes materiais a valor presente nas demonstrações financeiras.

A exposição da Companhia e suas controladas para os riscos de moeda e de crédito relacionados a fornecedores e outras contas a pagar encontra-se divulgada na nota explicativa nº 25.

18 Provisão para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis - Consolidado

A Companhia e suas controladas, baseadas na opinião de seus consultores jurídicos externos, avaliam as probabilidades de ter contra si a materialização de determinadas contingências passivas de naturezas trabalhistas, previdenciárias, ambientais, tributárias, cíveis e outras. A provisão para fazer face às prováveis perdas futuras é constituída mediante a probabilidade de insucesso nas questões envolvidas, sendo prática o provisionamento integral de prováveis obrigações, até o momento em que a obrigação é liquidada ou revertida em função de nova avaliação dos consultores jurídicos.

Segue quadro demonstrativo das provisões constituídas:

	2022	2021
Tributárias	495	504
Cíveis	-	298
Trabalhistas	27	-
Total	522	802

Adicionalmente, a Companhia e suas controladas são parte em outras demandas administrativas e judiciais sobre as quais não foram constituídas provisões para fazer em face de eventuais perdas, tendo por base a orientação de seus consultores jurídicos, que classificam essas demandas como de provável ou possível êxito.

Contingências passivas não provisionadas

As contingências passivas não reconhecidas nas demonstrações financeiras são processos avaliados pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível, no montante de R\$ 728 em 2022 (R\$ 416 em 2021), para os quais nenhuma provisão foi constituída tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não requerem sua contabilização.

19 Patrimônio líquido

a. Capital social - (Controladora)

O capital social está representado por 24.658 ações, sendo 8.219 ações ordinárias nominativas e 16.439 ações preferenciais nominativas, todas com valor de 1,00 (um real) cada, exatamente igual a 2021.

b. Reserva de capital

Constituída e aprovada conforme AGE de 30/06/2020, corresponde a diferença entre o preço de emissão das ações e o respectivo valor nominal das mesmas conforme fixado no estatuto social da Companhia.

c. Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

d. Dividendos mínimos obrigatórios

Os acionistas têm direito a um dividendo mínimo de 25% sobre o lucro líquido do exercício, ajustado conforme disposto no art. 202, item I da Lei nº 6.404/76.

	2022
Lucro líquido do exercício	5.449
Ajuste de avaliação patrimonial	<u>59</u>
	<u>5.508</u>
Base de cálculo	<u>5.508</u>
Reserva legal 5%	(272)
Dividendo mínimo obrigatório	(1.309)
Constituição de reserva de lucros	(3.927)
	2021
Lucro líquido do exercício	4.518
Ajuste de avaliação patrimonial	<u>941</u>
	<u>5.459</u>
Base de cálculo	<u>5.459</u>
Reserva legal 5%	(273)
Dividendo mínimo obrigatório	(1.296)
Constituição de reserva de lucros	(3.890)

e. Ajustes de avaliação patrimonial

É composto do efeito da adoção, pelas controladas e coligadas, do custo atribuído para o ativo imobilizado em decorrência da aplicação do CPC 27 e ICPC 10 na data de transição, deduzido do respectivo imposto de renda e contribuição social diferidos, e que vem sendo realizado mediante depreciação, alienação ou baixa dos ativos que lhes deram origem e também pelo efeito da alteração na participação na controlada Graciano, que passou de 59,7792% para

78,6318%, conforme nota explicativa nº 2.

20 Ativo e passivo fiscal diferidos e corrente - Consolidado

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e passivos e seu respectivo valor contábil.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos têm a seguinte origem:

	2021	Reconhecidos no resultado	2022
Passivo não circulante:			
Valor justo das propriedades para investimento	2.704	-	2.704
Custo atribuído ao imobilizado	4.159	(41)	4.118
Imposto de renda e contribuição social diferidos líquido	6.863	(41)	6.822
	2020	Reconhecidos no resultado	2021
Passivo não circulante:			
Valor justo das propriedades para investimento	2.704	-	2.704
Custo atribuído ao imobilizado	4.200	(41)	4.159
Imposto de renda e contribuição social diferidos líquido	6.904	(41)	6.863

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e passivos e seus respectivos valores contábeis.

Com base na expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, são registrados os créditos tributários sobre prejuízos fiscais e bases negativas da Contribuição Social, os quais não possuem prazo prescricional e cuja compensação está limitada a 30% do lucro tributável anual.

As projeções de resultado são revisadas periodicamente e o ativo fiscal diferido é reavaliado caso haja fatores relevantes que venham a modificar sua perspectiva de realização.

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social debitada em resultado é demonstrada como segue:

	2022	2021
Lucro contábil antes do imposto de renda e da contribuição social	7.997	7.935
(+/-) Participação nos lucros da empresa investida por equivalência patrimonial	(4.147)	(4.069)
Base de cálculo ajustada	3.850	3.867
Alíquota fiscal combinada	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social:		
Pela alíquota fiscal combinada	1.309	1.315
Imposto de renda e contribuição social decorrente de prejuízos fiscais não constituídos	(3.107)	(3.143)
Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício	(1.798)	(1.828)
Imposto de renda e contribuição social correntes	(1.839)	(1.869)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	41	41
Taxa efetiva	47%	47%

21 Receita operacional líquida - Consolidado

As receitas operacionais da Companhia e suas controladas são compostas pela comercialização de veículos/tratores novos e usados, peças e acessórios e a prestação de serviços como oficinas autorizadas da linha GM e LS Tractor.

Abaixo é reproduzida a conciliação entre as receitas brutas para fins fiscais e as receitas apresentadas na demonstração de resultado do exercício:

	2022	2021
Venda de veículos e tratores	134.844	89.271
Serviços prestados e revenda de peças	34.418	27.554
Outros	1.095	1.161
Impostos, abatimentos	(3.882)	(3.111)
Devoluções das vendas	(2.663)	(2.020)
	<u>163.812</u>	<u>112.855</u>
Total de receita contábil	<u>163.812</u>	<u>112.855</u>

22 Despesas por natureza

	<u>Consolidado</u>		<u>Controladora</u>	
	2022	2021	2022	2021
Custo com veículos novos e usados e peças	(130.480)	(85.658)	-	-
Salários, benefícios e encargos sociais	(17.425)	(15.280)	(3.342)	(3.175)
Serviços prestados por terceiros	(2.255)	(2.158)	(789)	(814)
Propaganda e promoções de vendas	(770)	(328)	-	-
Depreciação	(759)	(901)	-	-
Amortização	(30)	(26)	-	-
Combustíveis, energia elétrica, água e internet	(1.049)	(952)	(3)	-
Preparação, revisão e entrega de veículos	(262)	(396)	-	-
Fretes	(641)	(449)	-	-
Outras despesas	(4.236)	(3.521)	(13)	(24)
	<u>(157.907)</u>	<u>(109.669)</u>	<u>(4.147)</u>	<u>(4.013)</u>
Classificadas como:				
Custo dos produtos vendidos e serviços prestados	(133.716)	(88.335)	-	-
Vendas	(720)	(321)	-	-
Administrativas	(23.471)	(21.013)	(4.147)	(4.013)
	<u>(157.907)</u>	<u>(109.669)</u>	<u>(4.147)</u>	<u>(4.013)</u>

23 Financeiras líquidas

	<u>Consolidado</u>		<u>Controladora</u>	
	2022	2021	2022	2021
Receitas financeiras				
Juros aplicações financeiras	24	64	-	1
Juros apropriados sobre mútuos	-	-	185	127
Bonificação da fábrica	121	1.053	-	-
Juros demais operações e descontos financeiros	433	367	-	-
	<u>578</u>	<u>1.484</u>	<u>185</u>	<u>128</u>

Despesas financeiras				
Juros apropriados sobre financiamentos	(1.496)	(978)	-	-
Juros apropriados sobre mútuos	(2)	(50)	-	-
Juros e demais operações financeiras	(1.064)	(283)	-	-
Juros <i>floor plan</i>	(251)	(73)	-	-
Despesas com cartões de crédito	(258)	(159)	-	-
Taxa <i>flat</i>	(294)	(217)	-	-
Despesas bancárias	(77)	(71)	(3)	(2)
Descontos concedidos	(60)	(12)	-	-
Imposto sobre operações financeiras (IOF)	(213)	(108)	-	-
	<u>(3.715)</u>	<u>(1.951)</u>	<u>(3)</u>	<u>(2)</u>
Resultado financeiro líquido	<u>(3.137)</u>	<u>(467)</u>	<u>182</u>	<u>126</u>

24 Partes relacionadas

a. Remuneração de pessoal-chave da Administração

O pessoal-chave da Administração é composto pela Diretoria. A remuneração paga aos diretores no exercício a título de remuneração foi de R\$ 2.433 (R\$ 2.006 em 2021) na controladora e R\$ 2.433 (R\$ 2.189 em 2021) no consolidado.

b. Controladores

A Companhia não possui um controlador. Suas ações estão distribuídas de forma que nenhum acionista detém mais de 50% das ações que representam o seu capital social.

c. Principais saldos e transações que afetaram o resultado

Os principais saldos de ativos e passivos apresentados nas demonstrações financeiras, assim como as transações que influenciaram o resultado do exercício, relativas a operações com partes relacionadas, decorrem de transações da Companhia e suas controladas/coligadas, conforme demonstrado a seguir:

	<u>Consolidado</u>		<u>Controladora</u>	
	2022	2021	2022	2021
Transações de Mútuo				
Ativo				
Mútuo - Graciano R. Affonso S.A				
Veículos	-	-	1.066	1.581
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>1.066</u>	<u>1.581</u>
Passivo				
Mútuo – Java Empresa Agrícola	4.788	4.661	127	-
Mútuo – GRA Máquinas Agrícolas	<u>-</u>	<u>73</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
	<u>4.788</u>	<u>4.734</u>	<u>127</u>	<u>-</u>
Curto Prazo	127	-	127	-
Longo Prazo	4.661	4.734	-	-
	<u>4.788</u>	<u>4.734</u>	<u>127</u>	<u>-</u>
Dividendos				
	<u>2022</u>	<u>2021</u>	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Passivo				
Acionistas	2.138	1.859	1.309	1.859
	<u>2.138</u>	<u>1.859</u>	<u>1.309</u>	<u>1.859</u>

Correspondem a empréstimos através de repasses de numerários efetuados entre as partes relacionadas sendo atualizado por 100% do CDI + 0,19% a.m., calculados conforme contrato de mútuo estabelecido entre as partes, cujo vencimento final, na controladora é 27 de dezembro de 2024 e no consolidado, o montante de 4.661 refere-se ao resgate de ações de propriedade da Java na empresa Graciano R. Affonso S.A. Veículos para eliminação de participação recíproca ocorrida no ano de 2018. O saldo não tem data definida para realização e não vem sofrendo atualização.

Controladora	Mútuo Ativo
Saldo em 1º de janeiro de 2022	1.581
Variações dos fluxos de caixa de mútuo	
Recebimento de empréstimos	(555)
Total das variações nos fluxos de caixa de mútuo	(555)
Receitas com juros	184
Juros recebidos	(144)
Total das outras variações relacionadas com ativos	40
Saldo em 31 de dezembro de 2022	1.066
Controladora	Mútuo Passivo
Saldo em 1º de janeiro de 2022	-
Variações dos fluxos de caixa de mútuo	
Captação de recursos	127
Total das variações nos fluxos de caixa de mútuo	127
Saldo em 31 de dezembro de 2022	127
Consolidado	Mútuo Passivo
Saldo em 1º de janeiro de 2022	4.734
Variações dos fluxos de caixa de mútuo	
Captação de recursos	127
Pagamento de empréstimos	(73)
Total das variações nos fluxos de caixa de mútuo	54
Saldo em 31 de dezembro de 2022	4.788

25 Instrumentos financeiros

a. Classificação contábil e valores justos

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros.

Consolidado	2022		2021	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos				
Caixa e equivalentes de caixa	369	369	361	361
Aplicações financeiras	720	720	1.859	1.859
Contas a receber	14.060	14.060	7.580	7.580
Outras contas a receber	2.588	2.588	766	766
Investimentos financeiros	4.232	4.232	4.331	4.331
Passivos				
Empréstimos e financiamentos	13.299	13.299	10.321	10.321
Fornecedores	27.685	27.685	10.805	10.805
Mútuo com partes relacionadas	4.788	4.788	4.734	4.734
Outras contas a pagar	3.685	3.685	1.007	1.007
Controladora				
Ativos				
Caixa e equivalentes de caixa	54	54	75	75
Mútuo com partes relacionadas	1.066	1.066	1.581	1.581
Outras contas a receber	1.263	1.263	189	189
Passivos				
Fornecedores	72	72	66	66
Outras contas a pagar	2.264	2.264	-	-

Para todas as operações apresentadas no quadro acima, a Administração da Companhia e suas controladas considera que o valor justo equipara-se ao valor contábil, uma vez que para essas operações, o valor contábil reflete o valor de liquidação.

Gerenciamento dos riscos financeiros

A Companhia e suas controladas possuem exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito (ii)
- Risco de liquidez (iii)
- Risco de mercado (iv)

(i) Estrutura do gerenciamento de risco

A Administração tem responsabilidade global pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia e suas controladas. A Administração é responsável pelo desenvolvimento e acompanhamento das políticas de gerenciamento de risco da Companhia e suas controladas. Os gestores de cada departamento se reportam regularmente à Diretoria sobre as suas atividades.

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia e suas controladas são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados pela Companhia e suas controladas, para definir limites e controles de riscos apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites. As políticas e sistemas de gerenciamento de riscos são revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia e suas controladas. A Companhia e suas controladas, através de suas normas e procedimentos de treinamento e

gerenciamento, objetivam desenvolver um ambiente de controle disciplinado e construtivo, no qual todos os empregados entendem os seus papéis e obrigações.

(ii) *Risco de crédito*

Risco de crédito é o risco de a Companhia e suas controladas incorrer em perdas financeiras, caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente das contas a receber de clientes.

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito.

Contas a receber de clientes e outros créditos

A carteira de recebíveis da Companhia e suas controladas é pulverizado. A exposição da Companhia e suas controladas ao risco de crédito é influenciada, principalmente, pelas características individuais de cada cliente. Contudo, a Administração também considera os fatores que podem influenciar o risco de crédito da sua base de clientes, incluindo o risco de não pagamento da indústria e do país no qual o cliente opera.

A Diretoria estabeleceu uma política de crédito na qual cada novo cliente é analisado individualmente quanto à sua condição financeira antes de a Companhia e suas controladas apresentar sua proposta de limite de crédito e termo de pagamento. A revisão efetuada pela Companhia e suas controladas inclui *ratings* externos, quando disponíveis, e em alguns casos referências bancárias. Limites de compras são estabelecidos para cada cliente, que representam o montante máximo em aberto sem exigir a aprovação da Diretoria; esses limites são revisados periodicamente. Clientes que falharem em cumprir com o limite de crédito estabelecido pela Companhia e suas controladas somente poderão operar com a Companhia e suas controladas em base de pagamentos antecipados.

No monitoramento do risco de crédito dos clientes, os clientes são agrupados de acordo com suas características de crédito, incluindo se são pessoa física ou jurídica, atacadistas, varejistas ou consumidores finais, localização geográfica, indústria, perfil de idade, maturidade e existência de dificuldades financeiras no passado.

Clientes classificados como de "alto risco" são colocados em uma lista de clientes restritos e monitorados pela Diretoria, sendo suas vendas futuras feitas com base em pagamentos antecipados.

A Companhia e suas controladas estabelecem uma provisão para redução ao valor recuperável que representa sua estimativa de perdas incorridas com relação às contas a receber de clientes.

A Administração acredita que os montantes não sofreram perda por redução ao valor recuperável que estão vencidos há mais de 180 dias, pois ainda são cobráveis integralmente, com base em histórico de comportamento de pagamento e em análises extensivas dos riscos de crédito dos respectivos clientes, incluindo as avaliações de crédito desses clientes, quando disponível.

Investimentos (aplicações financeiras)

A Companhia e suas controladas limitam sua exposição a riscos de crédito ao investir apenas em títulos líquidos e apenas com instituições financeiras de primeira linha. A Administração monitora ativamente as classificações de créditos e, uma vez que a Companhia e suas controladas tenham investido apenas em títulos com classificações altas de crédito, a

Administração não espera que nenhuma contraparte falhe em cumprir com suas obrigações.

Garantias

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 não havia garantias pendentes.

Demonstração dos instrumentos financeiros em suas respectivas categorias:

Consolidado	2022	
	Ativos financeiros a custo amortizado	Outros passivos financeiros
Ativos		
Caixa e equivalentes de caixa	369	-
Aplicações financeiras	720	-
Contas a receber	14.060	-
Investimentos financeiros	4.232	-
Outras contas a receber	2.588	-
Passivos		
Empréstimos e financiamentos	-	13.299
Fornecedores	-	24.685
Mútuo com partes relacionadas	-	4.788
Outras contas a pagar	-	3.685
Consolidado	2021	
	Ativos financeiros a custo amortizado	Outros passivos financeiros
Ativos		
Caixa e equivalentes de caixa	361	-
Aplicações financeiras	1.859	-
Contas a receber	7.580	-
Investimentos financeiros	4.331	-
Outras contas a receber	766	-
Passivos		
Empréstimos e financiamentos	-	10.321
Fornecedores	-	10.805
Mútuo com partes relacionadas	-	4.734
Outras contas a pagar	-	1.007
Controladora	2022	
	Ativos financeiros a custo amortizado	Outros passivos financeiros
Ativos		
Caixa e equivalentes de caixa	54	-
Mútuo com partes relacionadas	1.066	-
Outras contas a receber	1.263	-
Passivos		
Fornecedores	-	72

Controladora	2021	
	Ativos financeiros a custo amortizado	Outros passivos financeiros
Ativos		
Caixa e equivalentes de caixa	75	-
Mútuo com partes relacionadas	1.581	-
Outras contas a receber	189	-
Passivos		
Fornecedores	-	66

(iii) *Risco de liquidez*

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia e suas controladas irão encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia e suas controladas na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia e suas controladas.

A previsão do fluxo de caixa é realizada pela Administração, que monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia e suas controladas para assegurar que ele tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais, além de manter espaço livre suficiente em suas linhas de crédito compromissadas disponíveis a qualquer momento, a fim de que a Companhia e suas controladas não quebre os limites ou as cláusulas dos empréstimos (quando aplicáveis) em qualquer uma de suas linhas de crédito.

Exposição a risco de liquidez

O valor contábil dos passivos financeiros com risco de liquidez está representado abaixo:

Consolidado	2022	2021
Fornecedores e outras contas a pagar	(31.370)	(11.812)
Empréstimos e financiamentos	(13.299)	(10.321)
	(44.669)	(22.133)

A seguir, estão as maturidades contratuais de passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados e excluindo o impacto de acordos de negociação de moedas pela posição líquida.

Consolidado	2022					
	Valor Contábil	6 meses ou menos	07 a 12 meses	1 a 2 anos	2 a 5 anos	Mais que 5 anos
Passivos						
Fornecedores	27.685	27.685	-	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	13.299	3.852	2.361	4.917	6.834	-
Outras contas a pagar	3.685	3.685	-	-	-	-

Consolidado	2021					
	Valor Contábil	6 meses ou menos	07 a 12 meses	1 a 2 anos	2 a 5 anos	Mais que 5 anos
Passivos						
Fornecedores	10.805	10.805	-	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	10.321	2.377	2.379	4.120	3.521	-
Outras contas a pagar	1.007	1.007	-	-	-	-

Não é esperado que os fluxos de caixa incluídos na análise da maturidade da Companhia possam ocorrer significativamente mais cedo, ou em valores diferentes.

(iv) *Risco de mercado*

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio e taxas de juros têm nos ganhos da Companhia ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

Risco de taxas de juros

Decorre da possibilidade da Companhia sofrer ganhos ou perdas relativas as oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia busca diversificar a captação de recursos em termos de taxas prefixadas ou pós-fixadas. Os ativos e passivos expostos a variações das taxas de juros são os seguintes:

	Nota	2022	2021
Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras	9	1.089	2.220
Investimentos financeiros	12	4.232	4.331
Empréstimos e financiamentos	16	(13.299)	(10.321)
Exposição líquida		<u>(7.978)</u>	<u>(3.770)</u>

Risco operacional

Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Companhia e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. Riscos operacionais surgem de todas as operações da Companhia.

O objetivo da Companhia é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à reputação da Companhia, buscar eficácia de custos e para evitar procedimentos de controle que restrinjam iniciativa e criatividade.

(v) *Gestão de capital*

A política da Diretoria é manter uma sólida base de capital para manter a confiança do credor e mercado e manter o desenvolvimento futuro do negócio. A Diretoria monitora os retornos sobre capital, que a Companhia define como resultados de atividades operacionais divididos pelo patrimônio líquido total.

Consolidado	2022	2021
Total do passivo	62.791	39.648
(-) Caixa e equivalentes de caixa	<u>(1.089)</u>	<u>(2.220)</u>
Dívida líquida (A)	<u>61.702</u>	<u>37.428</u>
Total do patrimônio líquido (B)	95.952	91.426
Índice da dívida líquida pelo patrimônio ajustado (A/B)	0,64	0,41

* * *

Composição da Diretoria

Marlene Dulcinéa Sualdini
Diretora Presidente

Valdir Antonio Ribeiro
Contador
CRC 1SP232782/O-3